

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.º Trimestre de 2018



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



1. ÍNDICE

1. Índice	1
2. Introdução	2
3. Execução do orçamento	3
3.1. Análise Orçamental Global	3
3.2. Execução da receita com referência a 30 de junho de 2018.....	4
3.3. Execução da despesa com referência a 30 de junho de 2018.....	6
4. Demonstrações Financeiras	9
4.1. Balanço.....	9
4.2. Demonstração dos Resultados.....	10
4.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	11
4.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
4.5. Notas às Demonstrações Financeiras.....	13
5. Indicadores	19
6. Conclusão	21



2. INTRODUÇÃO

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, do n.º 3 do artigo 110.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio², bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)³.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração dos resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2018

³ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho e Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho.



3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

3.1. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da Empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos que não foram faturados ou geraram faturas que ainda não foram pagas.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	JUN - 2017	JUN - 2018	Variação	%
Previsões Corrigidas	80 096 320,00 €	105 754 813,00 €	25 658 493,00 €	32%
Receitas Liquidadas	28 890 868,00 €	44 331 496,00 €	15 440 628,00 €	53%
Liquidações anuladas	830 571,00 €	4 662 158,00 €	3 831 587,00 €	461%
Recebimentos	26 824 840,00 €	25 545 609,00 €	- 1 279 231,00 €	-5%
Dotações corrigidas	74 238 059,00 €	95 060 589,00 €	20 822 530,00 €	28%
Cativos ou congelamentos	5 184 778,00 €	3 307 374,00 €	- 1 877 404,00 €	-36%
Compromissos assumidos	39 967 101,00 €	57 131 706,00 €	17 164 605,00 €	43%
Obrigações	Nd	21 232 038,10 €	Na	
Saldo de gerência anterior	5 759 261,00 €	10 694 221,00 €	4 934 960,00 €	86%
Reembolsos e restituições	5 286 214,00 €	9 678 865,00 €	4 392 651,00 €	83%
Pagamentos	20 917 330,00 €	18 273 298,00 €	- 2 644 032,00 €	-13%
Saldo	6 380 557,00 €	8 287 667,00 €	6 299 761,00 €	

Outros indicadores	JUN- 2017	JUN - 2018	Variação	%
Receita por cobrar no início	5 278 546,00 €	5 021 994,00 €	- 256 552,00 €	-5%
Receita por cobrar no final	754 742,00 €	8 451 502,00 €	7 696 760,00 €	1020%
Compromissos por faturar	Nd	35 899 667,90 €	Na	
Obrigações por pagar	Nd	2 958 740,10 €	Na	
Compromissos por pagar	19 049 771,00 €	38 858 409,00 €	19 808 638,00 €	104%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

A execução orçamental do primeiro semestre de 2018 apresenta um total de recebimentos de 25.545.609€ e um total de pagamentos de 18.273.298€. O montante de compromissos assumidos em junho 2018 ascende a 57.131.706€, dos quais 35.899.667,90€ estão por faturar e 2.958.740€ estão por pagar.

Em 2017 os mapas oficiais do controlo da despesa em POCP (mapa 7.1) não apresentavam a coluna com as obrigações processadas, o que já acontece com a demonstração da execução orçamental da despesa (mapa 3) da NCP26 do SNC-AP, pelo que se passa a apresentar os compromissos por pagar discriminados por obrigações por pagar e compromissos por faturar.



(Unid Monetária: Euros)

Execução orçamental JUN 18					
Principais agregados	FF: 319	FF: 411	FF: 482	FF: 511	Total
Recebimentos	24 245 706,00 €	1 015 356,00 €	17 789,00 €	1 282 114,00 €	26 560 965,00 €
Pagamentos	11 460 337,00 €	122 705,00 €	154,00 €	6 690 102,00 €	18 273 298,00 €
Saldo	12 785 369,00 €	892 651,00 €	17 635,00 €	- 5 407 988,00 €	8 287 667,00 €

Figura 2 – Execução orçamental por fonte de financiamento

Em junho de 2018 o saldo orçamental é positivo em cerca de 8,2M€ em virtude do recebimento dos seis duodécimos do OE. Durante o 1º semestre de 2018 foi necessário recorrer a uma gestão flexível para responder aos compromissos assumidos na fonte de financiamento 511, em face do atraso da transferência dos 25% iniciais do Contrato programa com a ACSS.

3.2. Execução da receita com referência a 30 de junho de 2018

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS												
jun/18												Un: euro
Descrição	Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)	
Font. Fin. Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[7]-[8]	[2]+[3]-[4]-[7]	[1]/[1]	
3.1.3 R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	8 544 885 €	- €	8 544 884 €	- €	8 544 884 €	- €	8 544 884 €	8 544 884 €	- €	- €	100,0%	
3.1.9 R06.03 RECEITAS CORRENTES	51 149 264 €	- €	23 905 098 €	- €	23 905 098 €	- €	23 905 098 €	- €	23 905 098 €	- €	46,7%	
3.1.9 R10.01 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	340 000 €	- €	340 000 €	- €	340 000 €	- €	340 000 €	- €	340 000 €	- €	100,0%	
3.1.9 R15.01 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS	609 €	- €	608 €	- €	608 €	- €	608 €	- €	608 €	- €	99,8%	
3.1.9 R17.01 OPERAÇÕES TESOURARIA	2 400 000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
4.1.1 R06.09 RESTO DO MUNDO	1 853 540 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%	
4.8.2 R06.09 RESTO DO MUNDO	507 381 €	- €	17 789 €	- €	17 789 €	- €	17 789 €	- €	17 789 €	- €	3,5%	
4.8.8 R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	1 015 357 €	- €	1 015 356 €	- €	1 015 356 €	- €	1 015 356 €	- €	1 015 356 €	- €	100,0%	
5.1.1 R07.02 SERVIÇOS	38 809 795 €	5 021 994 €	9 373 780 €	4 662 158 €	922 632 €	359 482 €	1 282 114 €	- €	1 282 114 €	8 451 502 €	3,3%	
5.2.1 R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	1 133 982 €	- €	1 133 981 €	- €	1 133 981 €	- €	1 133 981 €	1 133 981 €	- €	- €	100,0%	
	105 754 813 €	5 021 994 €	44 331 496 €	4 662 158 €	35 880 348 €	359 482 €	36 239 830 €	9 678 865 €	26 560 965 €	8 451 502 €	25,1%	

Figura 3 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 25%. No final do 2º trimestre de 2018 a execução da receita é inferior à execução prevista devido, em parte, ao facto da ACSS ainda não ter liquidado a fatura referente aos 25% iniciais do contrato programa.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de junho.

(Unid Monetária: Euros)

Receita	JUN - 16	JUN - 17	JUN - 18
Valor Orçamentado	86 312 285,00 €	80 096 320,00 €	105 754 813,00 €
Valor Executado	20 236 560,00 €	27 297 887,00 €	26 560 965,00 €
Grau de Execução	23%	34%	25%

Figura 4 – Evolução da execução do orçamento da receita

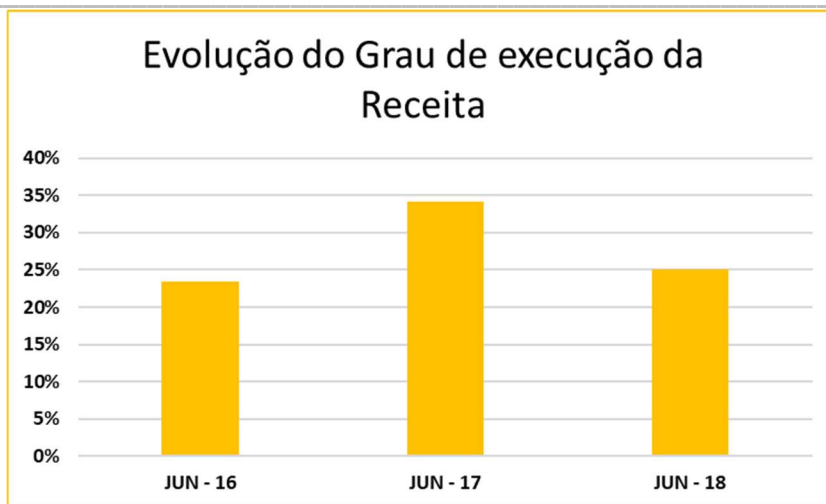


Figura 5 – Evolução do grau de execução da receita

Em termos de receitas, de salientar que no 1º semestre de 2018 a SPMS recebeu o montante de 19.999.998€ referente aos seis duodécimos do OE. Recebeu também o montante de 3.905.100€ para fazer face à despesa no âmbito do Centro de Contacto do Serviço nacional de Saúde (CCSNS).

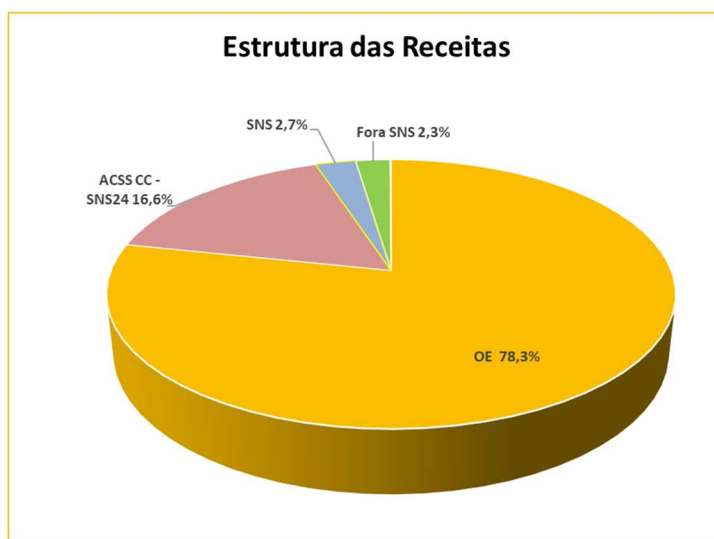


Figura 6 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:



(Unid Monetária: Euros)

JUN18 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
F.F.	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2017	Receita inicial estimada	Prespetiva de Recebimentos	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	40 000 000,00 €	40 000 000,00 €	19 999 998,00 €	19 999 998,00 €	50%
3.1.9	06.03.07	ACSS CC - SNS24	- €	9 266 844,00 €	9 266 844,00 €	3 905 100,00 €	3 905 100,00 €	42%
3.1.9	10.01.02	Transferência de capital - CC - SNS24	- €	- €	340 000,00 €	340 000,00 €	340 000,00 €	100%
3.1.9	15.01.01	Reposição não abatida aos pagamentos	- €	- €	609,00 €	608,00 €	608,00 €	100%
4.1.1	06.09.01	SAMA	- €	1 853 540,00 €	1 853 540,00 €	- €	- €	0%
4.8.2	06.09.01	UE	- €	507 381,00 €	507 381,00 €	17 789,00 €	17 789,00 €	4%
5.1.1	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	4 478 359,26 €	30 188 994,00 €	30 188 994,00 €	7 547 249,00 €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	397 760,22 €	3 042 282,00 €	3 470 309,08 €	798 907,00 €	458 976,00 €	12%
5.1.1	07.02.99.B0	SITAM	- €	448 707,00 €	448 707,00 €	289 292,00 €	233 066,00 €	52%
5.1.1	07.02.99.C0	Direcção Geral da Saúde	50 528,40 €	3 171 925,00 €	3 222 453,40 €	533 362,00 €	476 758,00 €	15%
5.1.1	07.02.99.C0	INCM	47 895,84 €	374 583,00 €	422 478,84 €	20 035,00 €	67 930,00 €	14%
5.1.1	07.02.99.C0	Iasaúde (Instituto de Administração da Saúde)	45 384,00 €	55 822,00 €	101 206,00 €	- €	45 384,00 €	31%
5.1.1	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	- €	36 501,00 €	36 501,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	IPST	- €	89 790,00 €	89 790,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	Novos - SIMH-CUF e RHC-ME	- €	1 401 191,00 €	1 401 191,00 €	- €	- €	0%
5.1.1	07.02.99.C0	Outros	2 066,40 €	- €	4 234,40 €	1 136,00 €	- €	0%
Total			5 021 994,12 €	90 437 560,00 €	91 354 238,72 €	33 453 476,00 €	25 545 609,00 €	27%

Figura 7 – Grau de execução da receita

3.3. Execução da despesa com referência a 30 de junho de 2018

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS											
jun/18											
Un: euro											
Font. Fin.	Agrup.	Designação	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
			[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
3.1.9	D01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	6 717 333 €	- €	6 717 333 €	4 911 208 €	3 051 324 €	1 806 125 €	3 666 009 €	1 859 884 €	45,4%
3.1.9	D01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	485 476 €	- €	485 476 €	443 008 €	290 878 €	42 468 €	194 598 €	152 130 €	59,9%
3.1.9	D01.03	SEGURANÇA SOCIAL	1 655 907 €	- €	1 655 907 €	1 398 683 €	711 655 €	257 224 €	944 252 €	687 028 €	43,0%
3.1.9	D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	92 844 €	2 682 €	90 162 €	87 227 €	35 150 €	2 935 €	55 012 €	52 077 €	39,0%
3.1.9	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	40 138 313 €	20 915 €	40 117 398 €	27 616 274 €	7 335 091 €	12 501 124 €	32 782 307 €	20 281 183 €	18,3%
3.1.9	D06.02	DIVERSAS	300 000 €	150 000 €	150 000 €	36 381 €	31 220 €	113 619 €	118 780 €	5 161 €	20,8%
3.1.9	D07.01	INVESTIMENTOS	2 100 000 €	- €	2 100 000 €	5 018 €	5 018 €	2 094 982 €	2 094 982 €	- €	0,2%
3.1.9	D12.01	OPERAÇÕES TESOOURARIA	2 400 000 €	- €	2 400 000 €	- €	- €	2 400 000 €	2 400 000 €	- €	0,0%
4.1.1	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1 853 540 €	- €	1 853 540 €	243 191 €	122 705 €	1 610 349 €	1 730 835 €	120 486 €	6,6%
4.8.2	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	507 381 €	- €	507 381 €	164 304 €	154 €	343 077 €	507 227 €	164 150 €	0,0%
5.1.1	D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	358 395 €	- €	358 395 €	357 504 €	104 208 €	891 €	254 187 €	253 296 €	29,1%
5.1.1	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	25 780 155 €	41 820 €	25 738 335 €	16 886 732 €	5 032 135 €	8 851 603 €	20 706 200 €	11 854 597 €	19,6%
5.1.1	D03.06	ENCARGOS FINANCEIROS	1 000 €	- €	1 000 €	- €	- €	1 000 €	1 000 €	- €	0,0%
5.1.1	D06.02	DIVERSAS	3 670 245 €	3 091 957 €	578 288 €	289 121 €	289 121 €	289 167 €	289 167 €	- €	50,0%
5.1.1	D07.01	INVESTIMENTOS	9 000 000 €	- €	9 000 000 €	4 693 054 €	1 264 638 €	4 306 946 €	7 735 362 €	3 428 416 €	14,1%
			95 060 589 €	3 307 374 €	91 753 215 €	57 131 706 €	18 273 298 €	34 621 509 €	73 479 917 €	38 858 409 €	19,9%

Figura 8 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 19,9%, o que significa que o nível de execução da despesa é prudente face ao nível de execução da receita.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de junho.



(Unid Monetária: Euros)

Despesa	JUN - 16	JUN - 17	JUN - 18
Valor Orçamentado	83 500 661,00 €	74 238 059,00 €	95 060 589,00 €
Valor cativo	8 011 527,00 €	5 184 778,00 €	3 307 374,00 €
Valor Executado	12 674 787,00 €	20 917 330,00 €	18 273 298,00 €
Grau de Execução	17%	30%	20%

Figura 9 - Evolução da execução do orçamento da despesa

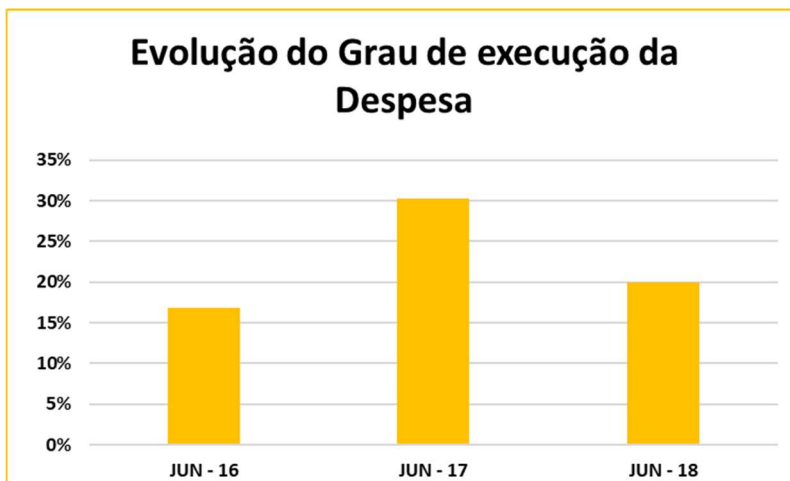


Figura 10 – Evolução do grau de execução da despesa

Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.

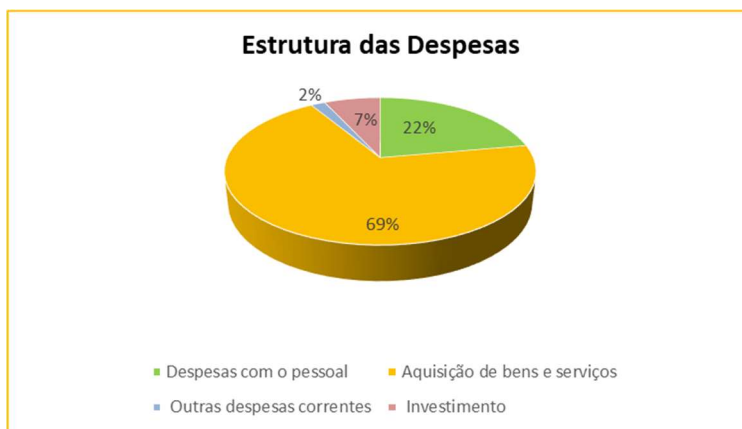


Figura 2– Estrutura das despesas

Do valor total pago, 69% corresponde a aquisição de serviços e 22% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em junho de 2018, foi inferior à despesa no mesmo período em 2017, em face, principalmente do pagamento do licenciamento Microsoft que ocorreu em março de 2017, no valor de cerca de 2,4M€.



(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2017					
Principais agregados	ORÇ. 2018	JUN - 2017	JUN - 2018	Varição homóloga	%
Despesas com o pessoal	8 858 716 €	4 886 755,00 €	4 053 857,00 € -	832 898,00 €	-17%
Aquisição de bens e serviços	68 730 628 €	15 252 360,00 €	12 629 443,00 € -	2 622 917,00 €	-17%
Outras despesas correntes	3 970 245 €	104 689,00 €	320 341,00 €	215 652,00 €	206%
Investimento	11 100 000 €	673 525,00 €	1 269 656,00 €	596 131,00 €	89%
Operações de tesouraria	2 400 000 €	- €	- €	- €	0%
Total	95 059 589,00 €	20 917 330,00 €	18 273 298,00 € -	2 644 032,00 €	-13%

Figura 12 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por unidade orgânica.

(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	879 419 €	117 279 €	762 140 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	1 583 993 €	972 797 €	611 196 €
2.1	Unidade de Relações Públicas e Protocolo	2 915 €	35 €	2 880 €
5	Direção Financeira	205 133 €	44 265 €	160 867 €
5.1	Unidade de Serviços Financeiros	417 570 €	330 507 €	87 063 €
5.2	Unidade de Serviços Partilhados de Finanças	417 076 €	- €	417 076 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	247 512 €	79 797 €	167 715 €
7	Direção de Recursos Humanos	6 926 065 €	4 199 599 €	2 726 466 €
7.1	Unidade de Recursos Humanos	134 085 €	12 632 €	121 453 €
7.2	Unidade de Serviços Partilhados de Recursos Humanos	837 750 €	232 746 €	605 004 €
7.3	Academia da SPMS	237 244 €	123 597 €	113 647 €
10	Unidade de Apoio Geral	2 187 421 €	622 445 €	1 564 976 €
11	Conselho de Administração	83 818 €	738 €	83 080 €
14	Direção de Sistemas de Informação - Secção I	241 472 €	2 868 €	238 604 €
14.1	Unidade de Robotics e Advanced Technology	9 900 €	9 900 €	- €
14.2	Unidade de Engenharia de Software	41 394 €	- €	41 394 €
14.3	Unidade de Advanced Analytics e Intelligence	1 106 930 €	370 605 €	736 324 €
14.4	Unidade de Sistemas de Gestão de Recursos	2 099 012 €	902 858 €	1 196 154 €
14.5	Unidade de Operações e Infraestrutura Central	1 035 911 €	388 026 €	647 885 €
15	Direção de Sistemas de Informação - Secção II	1 050 €	1 050 €	- €
15.1	Unidade de Gestão do Medicamento e do Dispositivo Médico	1 581 887 €	575 292 €	1 006 595 €
15.2	Unidade de Sistemas Hospitalares	3 014 499 €	786 313 €	2 228 186 €
15.3	Unidade dos Sistemas de Informação da SPMS	430 778 €	354 959 €	75 819 €
15.4	Unidade dos Projetos e Relações Internacionais	316 710 €	22 707 €	294 003 €
15.5	Unidade de Plataformas de Integração de Cuidados e Serv para o Cidadão	3 674 810 €	747 788 €	2 927 022 €
15.6	Núcleo de Apoio à DSI	921 773 €	67 802 €	853 972 €
16	Direção de Sistemas de Informação - Secção III	23 247 €	23 247 €	- €
16.1	Unidade de Planeamento, Arquitetura e Auditoria	355 968 €	162 420 €	193 547 €
16.2	Unidade de Projetos de Sistemas de Cuidados Primários e de Próximidade	1 998 585 €	595 432 €	1 403 153 €
16.3	Unidade de Projetos de Gestão de Serviço e Suporte	1 168 246 €	609 838 €	558 408 €
16.4	Unidade de Operação e Infraestruturas Regionais e Locais	14 096 628 €	653 067 €	13 443 561 €
16.5	Unidade de Registos Nacionais e Interoperabilidade Técnica	2 495 142 €	622 154 €	1 872 988 €
16.6	Núcleo do eSIS	175 262 €	43 174 €	132 088 €
17	Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais	336 343 €	9 863 €	326 480 €
17.1	Unidade Ministerial de Compras	311 175 €	17 049 €	294 126 €
18	Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde	781 569 €	220 376 €	561 193 €
19	Direção de Compras Públicas Internas	593 024 €	66 486 €	526 538 €
19.1	Unidade de Aprovisionamento	323 564 €	11 200 €	312 364 €
20.1	Unidade de Auditoria Interna	20 982 €	72 €	20 910 €
22	Unidade de Controlo de Gestão de Compras Públicas	301 396 €	10 911 €	290 485 €
24	Direção do Centro Nacional de Telesaúde	5 514 448 €	4 261 402 €	1 253 046 €
Total		57 131 706 €	18 273 298 €	38 858 408 €

Figura 13 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 30 de junho 2018

(Valores expressos em euros)

Rubricas	30.jun.18	30.jun.17
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	1 758 150,76	1 970 928,25
Ativos intangíveis	1 227 905,01	1 059 986,73
Activos Intangíveis em curso	91 084,77	-
	3 077 140,54	3 030 914,98
Ativo corrente		
Clientes, contribuintes e utentes	8 451 501,94	860 698,85
Estado e outros entes públicos	575 871,47	2 216 971,61
Outras contas a receber	2 800 734,90	1 186 755,05
Diferimentos	1 361 359,92	4 280 123,68
Caixa e depósitos	8 792 158,76	6 879 771,78
	21 981 626,99	15 424 320,97
Total do ativo	25 058 767,53	18 455 235,95
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	25 637 140,00	25 637 140,00
Resultados transitados	-28 542 197,79	-26 354 121,49
Outras variações no Património Líquido	5 747 487,22	5 340 000,00
Resultado líquido do período	3 524 048,67	1 479 370,71
Total do Património Líquido	6 366 478,10	6 102 389,22
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	337 016,68	501 157,41
	337 016,68	501 157,41
Passivo corrente		
Fornecedores	2 744 579,79	2 503 288,39
Estado e outros entes públicos	1 522 884,76	537 592,28
Fornecedores de investimentos	160 770,79	-
Outras contas a pagar	5 387 375,41	3 810 808,65
Diferimentos	8 539 662,00	5 000 000,00
	18 355 272,75	11 851 689,32
Total do passivo	18 692 289,43	12 352 846,73
Total Património Líquido e passivo	25 058 767,53	18 455 235,95



4.2. Demonstração dos Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração dos Resultados por Naturezas individual
Período findo em 30 de junho 2018

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	30.jun.18	30.jun.17
Prestação de serviços	16	7 936 856,50	1 674 183,02
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	23	15 383 224,39	15 546 946,24
Fornecimentos e serviços externos	18	-13 620 127,19	-10 088 297,35
Gastos com o pessoal	19	-3 828 802,99	-4 297 576,18
Outros rendimentos e ganhos	20	130 176,97	463 082,63
Outros gastos e perdas	21	-419 038,25	-312 946,37
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		5 582 289,43	2 985 391,99
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	22	-801 520,71	-1 088 053,16
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)		4 780 768,72	1 897 338,83
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de Impostos		4 780 768,72	1 897 338,83
Imposto sobre o rendimento	7	-1 256 720,05	-417 968,12
Resultado líquido do período		3 524 048,67	1 479 370,71



4.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
Posição no Início do Período 2018	1	25 637 140,00	-26 772 940,21	5 407 487,22	-1 769 257,58	2 502 429,43
Alterações no período	2					
Resultado Líquido do Período	3				3 524 048,67	3 524 048,67
Resultado Integral	4 = 2 + 3				3 524 048,67	3 524 048,67
Operações com detentores de capital no período						
Realizações de capital/património						
Outras operações						
Transferência CCSNS 24				340 000,00		340 000,00
Saldo de gerência						
Resultados transitados dos ACES						
Aplicação do resultados de 2017			-1 769 257,58		1 769 257,58	0,00
	5	0,00	-1 769 257,58	340 000,00	1 769 257,58	340 000,00
Posição no Fim do Período 30 de junho de 2018	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25 637 140,00	-28 542 197,79	5 747 487,22	3 524 048,67	6 366 478,10

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2017	1	25.637.140,00	0,00	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19
Alterações no período	2						
Resultado Líquido do Período	3					-1.769.257,58	-1.769.257,58
Resultado Integral	4 = 2 + 3					-1.769.257,58	-1.769.257,58
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital/património							
Outras operações							
Resultados transitados dos ACES				-5.698,67			-5.698,67
Reconhecimento de ativo				29.330,27			29.330,27
Reconhecimento de encargos Centro de contacto SNS				-418.200,00			-418.200,00
Transferência de ativos entre entidades					67.487,22		67.487,22
Aplicação do resultados de 2016				351.182,37		-351.182,37	0,00
	5	-	-	-43.386,03	67.487,22	-351.182,37	-327.081,18
Posição no Fim do Período 2017	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-26.772.940,21	5.407.487,22	-1.769.257,58	2.502.429,43



4.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

Período findo em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	30.jun.18	30.jun.17
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		1 220 268,81	6 071 390,18
Pagamentos a fornecedores		-13 144 580,44	-15 720 335,91
Pagamentos ao pessoal		-3 639 111,93	-4 137 697,59
Caixa gerada pelas operações		-15 563 423,56	-13 786 643,32
Outros recebimentos / pagamentos		13 551 561,74	14 937 087,40
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-2 011 861,82	1 150 444,08
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-490 532,68	-177 573,62
Activos intangíveis		-227 340,96	-7 117,28
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-717 873,64	-184 690,90
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-2 729 735,46	965 753,18
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	11 521 894,22	5 914 018,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	8 792 158,76	6 879 771,78
<u>Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência</u>			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período		11 521 894,22	5 914 018,60
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		11 521 894,22	5 914 018,60
De execução orçamental		10 694 221,00	5 759 260,00
De operações de tesouraria		827 673,22	154 758,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período		8 792 158,76	6 879 771,78
Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		8 792 158,76	6 879 771,78
De execução orçamental		8 430 055,95	6 380 557,00
De operações de tesouraria		362 102,81	499 214,78



4.5. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Até 31 de dezembro de 2016, no ano de entrada em funcionamento ou utilização dos ativos era praticada a quota anual de depreciação, no entanto a partir de 1 de janeiro de 2017 o registo da quota de depreciação corresponde ao número de meses contados desde o mês da entrada em funcionamento do ativo, inclusive, até ao final do ano. A SPMS decidiu a adotar a prática de depreciação por duodécimos de forma a garantir a especialização dos gastos.

No ano de 2017 a SPMS incorporou os ativos do Centro de Contacto do SNS, provenientes da DGS, no valor de 67.487,22€.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Também para os ativos intangíveis foi adotada a prática da depreciação por duodécimos por forma a garantir a especialização dos gastos.

Clientes

A 30 de junho de 2018 o valor em dívida de clientes apresenta um grande aumento face ao período homólogo. O montante em dívida em junho de 2018 refere-se essencialmente à fatura emitida à ACSS relativa aos 25% iniciais do contrato programa com aquela entidade.

Estado e Outros Entes Públicos – Ativo

A SPMS tem um valor a receber da Administração Tributária referente a IVA que ascende a 575.871,47€. No entanto este valor irá ser compensado com faturação ainda a emitir nomeadamente no âmbito do contrato programa.

Outras contas a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui ainda os valores a faturar a clientes no âmbito de serviços partilhados, referente aos serviços prestados no 1º semestre de 2018 e o montante de serviços prestado à ACSS em 2017, que irão integrar as metas do Contrato-Programa para 2018, que ascende a 1.979.465,12€ (em acréscimo de rendimentos).



Diferimentos- Ativo

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente. Em junho de 2018 inclui o diferimento dos gastos com a assistência técnica de software do licenciamento ORACLE, no montante de 1.029.895€ proveniente do exercício anterior.

Caixa e depósitos

A rubrica de caixa e depósitos inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Património/Capital

O capital estatutário de 25.637.140 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 30 de junho de 2018. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dívidas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica para o atual montante.

Resultados Transitados

O resultado líquido negativo do período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 1.769.257,58€, foi transferido para resultados transitados.

A 30 de junho de 2018 a SPMS apresenta um capital próprio positivo totalmente subscrito e realizado pelo Estado Português, no entanto ele ainda é inferior a metade do capital social.

Outras variações no Património Líquido

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações no património líquido.

Em 2017, a rubrica de outras variações no património líquido sofreu um incremento de 67.487,22€ referente ao valor dos ativos do Centro de Contacto do SNS que foram transferidos da DGS para a SPMS por via do Decreto-Lei n.º 69/2017 de 16 de junho.

Também, em 2018 a SPMS reconheceu nesta rubrica o valor de 340.000€ referente ao valor recebido no âmbito do Centro de Contacto do SNS24.

Provisões

A 30 de junho de 2018 a SPMS manteve constituídas provisões no montante de 337.016,68 euros, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo



esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas de fornecedores que ainda não estão vencidas, e por faturas que ainda de encontram por validar. A dívida com maior expressão refere-se ao fornecedor “Altran”, a qual inclui diversos contratos de prestação de serviços, subcontratados no âmbito do contrato programa com a ACSS.

A 30 de junho de 2018 permanece por liquidar o montante de 484.813,51€ referente à dívida antiga transmitida dos ACES SOMOS, por via do Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro, pois durante o 1º semestre não foi recebido o montante necessário para a sua liquidação fora da esfera do programa da Saúde, tratando-se, assim, de dívida não imputável à ação da SPMS, tendo esta encetados todos os esforços para o recebimento das verbas necessárias ao seu pagamento, tendo em consideração a proibição de usos de receitas gerais e próprias para o efeito.

A SPMS solicitou o valor de 623.548,49€ para liquidação de dívida ACES para fazer face aos valores constantes no balancete e para repor os valores, entretanto já liquidados através de receitas próprias.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a imposto estimado, Segurança Social, CGA e IRS.

Outras contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2019, mas cujo direito é adquirido em 2018.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2017 e será previsivelmente pago em 2018. O restante valor refere-se a faturas cuja prestação de serviço ocorreu em junho, mas as faturas só chegaram em meados de julho.

O disposto no n.º 2 do artigo 193.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro que refere que *“Os saldos da execução orçamental de 2017 das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, excluindo as entidades referidas no número seguinte, são integrados automaticamente no orçamento da ACSS, I. P., de 2018.”* originou um registo de um passivo, no montante de 9,7M€, referente aos saldos das fontes de financiamento 319, 510 e 540.

Este passivo foi anulado em maio de 2018 uma vez que, nesta data, procedeu-se à entrega do saldo de gerência de 2017 à ACSS.



Diferimentos - Passivo

Em 30 de junho de 2018 foi reconhecido um passivo referente aos valores recebidos do OE para financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, tendo em conta o grau de execução da despesa.

Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica a 30 de junho de 2018 refere-se essencialmente à faturação ou acréscimo de faturação a emitir no âmbito da prestação de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde e a contratos com a Direção Geral de Saúde. Nesta rubrica consta ainda o valor da fatura emitida à ACSS referente aos 25% iniciais do contrato programa.

Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. O ponto 39 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), dispõe o seguinte: *“Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 40 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, e até ao limite de € 9 266 844, destinada a financiar o Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS)”*.

No 1º semestre de 2018 a SPMS recebeu seis duodécimos referente ao valor para financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS. No entanto parte deste valor foi diferido de acordo com o grau de execução da despesa.

Nesta rubrica foi registado o valor de 3.905.099€ referente ao Centro de Contacto do SNS.

Fornecimentos e serviços externos

Em 2018, os gastos com fornecimentos e serviços externos registam um incremento face ao período homólogo em virtude do aumento da atividade da SPMS.

Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou uma diminuição em junho de 2018 em relação ao valor registado no período homólogo. Esta diminuição deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter sofrido uma diminuição face a junho de 2017. O número de trabalhadores era de 288 em junho de 2017 e de 265 em junho de 2018.

Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica regista uma diminuição face ao período homólogo, uma vez que as correções relativas a períodos anteriores diminuíram significativamente. Também foi registado em rendimentos suplementares a faturação emitida no âmbito do projeto de recuperação de taxas moderadoras, conhecido como SITAM.



Outros gastos e perdas

Nesta rubrica foram considerados os gastos de correções relativas a anos anteriores, quotizações, impostos, juros e outros.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado em 2015 e 2016, especialmente decorrente da execução do PRITIC. De salientar que o registo das depreciações no ano de início de utilização dos ativos está a ser realizado em regime de duodécimos.

Evolução dos resultados

A Demonstração dos Resultados, a 30 de junho de 2018, evidencia um resultado líquido positivo do período de 3.524.048,67€.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2018 referem-se a recebimentos no âmbito dos contratos de serviços partilhados e contratos com a DGS.

Esta rubrica apresenta uma diminuição face ao período homólogo, porque a SPMS só recebeu da ACSS o valor referente a faturas do contrato programa de 2016 no primeiro semestre de 2017, situação que não aconteceu em 2018.

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta uma diminuição significativa face ao ano anterior, em especial devido ao facto da SPMS ter liquidado em março de 2017 o montante de 2,4M€ relativamente ao Licenciamento Microsoft.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresentam uma diminuição relativamente ao ano anterior. Esta diminuição está relacionada com o facto do quadro de pessoal apresentar uma diminuição face a junho de 2017.

Outros recebimentos/pagamentos

A 30 de junho de 2018 constam nesta rubrica o recebimento dos seis duodécimos do OE, bem como o recebimento das transferências inerentes ao Centro de Contacto do SNS. Em maio de 2018 procedeu-se à entrega do saldo de gerência de 2017 à ACSS registado em outros pagamentos.

Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.



Caixa e seus equivalentes no fim do período

Esta rubrica não apresenta uma variação significativa relativamente ao período homólogo.



5. INDICADORES

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a junho de 2018 e sua situação face ao ano de 2017.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2017	30.jun.18	
	Denominador	Numerador				
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	-	1 769 257,58 €	3 524 048,67 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço		10%	25%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço		0,99	1,20
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço		0,11	0,34
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	-	1 764 448,35 €	4 780 768,72 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR		504 043,75 €	5 582 289,43 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR		29 965 132,13 €	13 620 127,19 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR		41 838 058,09 €	23 450 257,86 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251)	NA	Balancete		417 319,64 €	14 842,70 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete		60 899,85 €	30 573,48 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete		187 897,38 €	62 528,57 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete		9 572 555,75 €	3 828 802,99 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR		39 537 687,88 €	17 448 930,18 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR		16 396 383,74 €	7 936 856,50 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR		241%	220%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (626123)	NA	Balancete		28 243,62 €	11 666,48 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC		23 162 531,84 €	1 220 268,81 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC		34 009 433,76 €	13 144 580,44 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de junho	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral		31,90	28,13
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de junho	Média dos Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral		67,49	59,26
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de junho - excluindo ACES e CC SNS	Fornecedores	FSE x nº de dias decorridos	Balancete		nd	29,86
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de junho	Clientes	Prestação de serviços x nº de dias decorridos	Balancete		nd	191,67
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento			0,47	0,16
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral		2 371 431,42 €	2 776 451,08 €
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral		2 959 940,86 €	2 709 093,69 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, além das receitas próprias		Balancete		33 371 241,00 €	24 263 495,00 €

Os níveis de autonomia financeira e de liquidez estão a estabilizar todavia o capital próprio permanece inferior a metade do capital subscrito.



O prazo médio de recebimentos fixou-se nos 59 dias tendo em conta a média trimestral (despacho 9870/2009). Este indicador diminuiu face a dezembro de 2017 uma vez que parte da faturação emitida à ACSS em 2017 foi corrigida e outra foi incluída no contrato-programa de 2018, originando a emissão de notas de crédito no 1.º trimestre de 2018, valor de 4.478.359€.

Em junho de 2018 o prazo médio de pagamentos situa-se nos 28,13 dias. Em junho de 2018 verifica-se uma ligeira diminuição deste indicador face a dezembro de 2017. Tendo em conta o atraso no recebimento do duodécimo do OE de janeiro a SPMS optou por efetuar pagamentos apenas na data de vencimento das faturas. No entanto, atualmente a tesouraria está estável pelo que as faturas estão a ser pagas com referência ao objetivo dos 30 dias após a data de emissão.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS importa referir que, através da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2018, encontra-se estabelecido no artigo 55.º que “As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental”.

Aquele artigo determina ainda que os gastos com pessoal, o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, bem como o conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria “devem ser iguais ou inferiores aos registados em 2017” (cfr. n.º 3 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio).

Neste contexto, o estado atual destes indicadores é o seguinte:

Indicadores	30.jun.2017	30.jun.2018	% sobre 2017	Varição homóloga	% VH
EBITDA (€)	2 985 391,99 €	5 582 289,43 €	187%	2 596 897,44 €	87%
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	10 088 297,35 €	13 620 127,19 €	135%	3 531 829,84 €	35%
Rendimentos Operacionais (€)	17 684 211,89 €	23 450 257,86 €	133%	5 766 045,97 €	33%
Gastos com deslocações e estadas	32 267,87 €	14 842,70 €	46% -	17 425,17 €	-54%
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	32 276,59 €	30 573,48 €	95% -	1 703,11 €	-5%
Gastos com comunicações	60 374,59 €	62 528,57 €	104%	2 153,98 €	4%
Gastos com Pessoal (€)	4 297 576,18 €	3 828 802,99 €	89% -	468 773,19 €	-11%
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	14 385 873,53 €	17 448 930,18 €	121%	3 063 056,65 €	21%
Volume de negócios	1 674 183,02 €	7 936 856,50 €	474%	6 262 673,48 €	374%
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	859%	220%	- -	6,39	-
Gastos com Frota Automóvel	14 611,88 €	11 666,48 €	80% -	2 945,40 €	-20%
Aquisições de serviços (Ec. 0202 - FF319;510;540)	15 029 889,00 €	12 367 226,00 €	82% -	2 662 663,00 €	-18%

De salientar que o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios ficou abaixo do limite face ao período homólogo devido ao aumento dos gastos operacionais. Os gastos em comunicações e as FSE estão acima do referencial homólogo.

Neste âmbito salientar, que o Plano de Atividades e Investimento para 2018 foi aprovado por despacho de Sua Excelência Secretário de Estado do Tesouro em 29/06/2018, sancionando, assim, o crescimento da atividade da SPMS que justifica, consequentemente, o aumento dos seus gastos operacionais.



6. CONCLUSÃO

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

- O capital próprio ainda representa menos de metade do capital subscrito.
- A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada a 30 de junho de 2018.
- O grau de execução orçamental da receita é baixo uma vez que apenas foi faturado os 25% iniciais ao abrigo do Contrato-Programa com a ACSS.
- Permanecem dívidas por pagar decorrentes das obrigações transmitidas dos ACE Somos pelo Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro ACE, embora de montante reduzido.
- A 30 de junho de 2018 o prazo médio de pagamentos situa-se nos 28 dias, conforme objetivo anual de manter este indicador abaixo dos 30 dias.
- Alguns indicadores referentes a gastos operacionais situam-se acima do referencial homólogo.

SPMS, em Lisboa, 20 de julho de 2018
